

Ofício nº 007/2022/DSE

Jundiaí, 18 de agosto de 2022.

Em resposta ao email, datado de 9/8/22, contendo as manifestações de outros municípios relativo ao empreendimento da Mineração Atibaia Ltda., no leito da Represa da Usina no município de Atibaia, a DAE S.A. – Água e Esgoto de Jundiaí entende que:

Considerando os problemas ambientais decorrentes da atividade de mineração no rio Atibaia, em especial, erosão, carreamento de sedimentos e poluição por agentes químicos;

Considerando que a DAE S.A. – Água e Esgoto é a primeira captação no Rio Atibaia para abastecimento urbano do município de Jundiaí, a jusante do possível ponto de implantação da atividade minerária pela empresa Mineração Atibaia Ltda.;

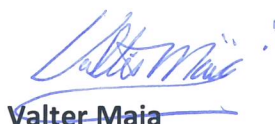
Considerando que o município de Jundiaí integra os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Comitês-PCJ) e por tal, deve zelar pela gestão quali-quantitativa dos recursos hídricos da região;

A DAE compartilha do mesmo entendimento da empresa SANASA, Despacho SEI/PMC – 5688258, no qual resta elencada a preocupação em anuir com a atividade pretendida em detrimento dos problemas ambientais, sem as devidas manifestações a aprovações dos órgãos competentes.

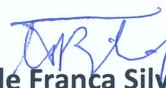
Desta forma, ressalta que, assim como a SANASA, não recomenda a atividade minerária no Rio Atibaia até que haja a análise de toda a documentação técnica pelo GT- Empreendimentos dos Comitês PCJ, e consequente parecer, sem o qual não é possível manifestar-se de forma mais assertiva sobre a demanda pretendida.

Sem mais, renovo os votos de estima e consideração.

Atenciosamente.



Valter Maia
Diretor Superintendente de Engenharia



Martim de França Silveira Ribeiro
Diretor de Mananciais



Ofício nº 047/2022

Itatiba, 05 de maio de 2022

Prezados:

Após a análise dos planos de monitoramento enviados (*arquivos 7.06.0 PLANO DE MONIT DAS ÁGUAS SUPERF .pdf, 7.02.0 Plano de contr. eflu .pdf, 3.0 Estudo de Turbidez.pdf e PT Apoio Técnico.pdf*), não há objeções por parte da Sabesp quanto à implantação do empreendimento.

Apenas recomendamos que os monitoramentos realizados contemplem o período chuvoso, compreendido entre outubro e março, e também o período não chuvoso, de abril à setembro, para uma melhor análise do impacto do empreendimento no manancial.

Gostaríamos também que, caso a Sabesp entenda que houve alterações na qualidade do manancial e julgar necessário fazer vistas ao monitoramento, que o mesmo seja disponibilizado após solicitação oficial.

Estamos à disposição para maiores esclarecimentos.



Eng. Cleber Frank Ebúrneo
Gerente Técnico
RJDI – SABESP

Ilmo. Sr Diretor
Mineração Atibaia Ltda.



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VALINHOS
Autarquia Municipal

CERTIDÃO Nº 18/2022

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, OBRAS E FISCALIZAÇÃO

Departamento de Águas e Esgotos de Valinhos, Autarquia Municipal criada pela Lei nº. 833 de 12 de agosto de 1970, com sede à Rua Orozimbo Maia, nº 1054 – Vila Sonia, Valinhos – S.P., com CNPJ 44.635.233/0001-36, neste ato representado pelo Diretor do Departamento de Planejamento, Obras e Fiscalização - Eng. Ricardo Rogério Gardin, e de outro lado **MINERAÇÃO ATIBAIA LTDA** – CNPJ 33.936.223/0001-14, localizado no Bairro da Usina no município de Atibaia/SP, designado simplesmente interessada.

CERTIFICA, conforme solicitação formulada e manifestação do Departamento de Operação sob protocolo nº. 1144/2022 que:

Considerando o requerimento da empresa Mineração Atibaia Ltda, solicitando termo de anuência sobre a implantação de empreendimento de mineração, emitido pelas Prefeituras Municipais dos municípios que possuem captação superficial para abastecimento público a jusante, na calha do Rio Atibaia;

Considerando que o rio Atibaia é o principal manancial de captação de água bruta de Valinhos, responsável por mais de 50% do abastecimento do município;

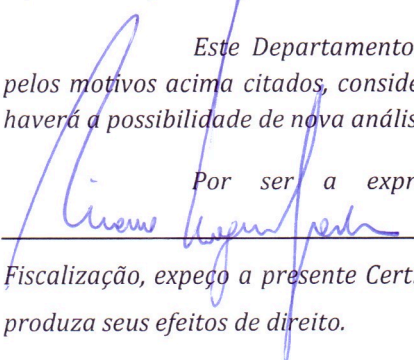
Considerando o histórico de baixas vazões do referido manancial, especialmente nos períodos de estiagem;

Considerando que as atividades propostas podem trazer impactos prejudiciais às captações de água localizadas à jusante do empreendimento;

Considerando as dificuldades que a Estação de Tratamento de Água – ETA II possa vir a enfrentar, em função da elevação da concentração de partículas em suspensão (desgastes em equipamentos e instalações, dificuldades nos processos de coagulação e floculação, aumento no consumo de produtos químicos, elevação do volume de lodo gerado, entre outros), mesmo com a distância informada de 61,7 km;

Considerando o Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 07/2021, com o assunto: Manifestação sobre o empreendimento “Extração de mineral (areia e argila) com dragagem fluvial na faixa de depleção da Represa da Usina”, sob responsabilidade da Mineração Atibaia Ltda., no município de Atibaia/SP, sem que as demais “considerações e recomendações” sejam atendidas e verificadas com especial atenção aos itens 3, 5, 6, 7 e 8, sem desconsiderar a importância dos itens 1, 2 e 9.

Este Departamento se manifesta desfavorável à implantação do empreendimento pelos motivos acima citados, considerando que após a apresentação das documentações solicitadas, haverá a possibilidade de nova análise.

Por ser a expressão da verdade, eu, Eng. Ricardo Rogério Gardin, , Diretor do Departamento de Planejamento, Obras e Fiscalização, expede a presente Certidão em 03 (três) vias de igual forma e teor, para que a mesma produza seus efeitos de direito.

Valinhos, aos 02 dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois



SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A
Av. da Saudade 500 - Bairro Ponte Preta - CEP 13041-903 - Campinas - SP
SANASA/SANASA-DP/SANASA-DP-DT/SANASA-DP-DT-TA

DESPACHO

Campinas, 17 de maio de 2022.

Á

T/Srº Diretor Técnico

Engº Marco Antônio

Trata-se o assunto desta SEI, solicitação da empresa Mineração Atibaia Ltda para emissão pela SANASA de um termo de anuência de instalação de um empreendimento de extração e beneficiamento de areia à jusante da Represa Usina em Atibaia, situada a 74 Km à jusante de nossa captação de água bruta do rio Atibaia.

O rio Atibaia é o manancial responsável por quase 100 % da produção e distribuição de água da cidade de Campinas, portanto, quase a totalidade da matriz produtora de água.

O rio Atibaia nos últimos anos vem sofrendo com baixas vazões, principalmente nos período secos, onde sua vazão média no medidor da Rede Telemétrica do DAEE e PCJ, no posto de Valinhos, a montante da secção de nossa captação de água bruta, tem registrado vazões da ordem de 10 m³/segundo.

As atividades propostas para implantação do projeto de extração de areia em curso d'água ou nas suas margens trarão impactos prejudiciais as captações de água a jusante do empreendimento em questão.

Podemos relacionar vários desses impactos, mas iremos citar os mais relevantes relacionados às nossas atividades, os quais destacaram:

- Movimentação de terra que trarão aporte de sedimentos para os cursos d'água;
- Risco de vazamentos de óleo, combustíveis e graxas, oriundos das máquinas utilizadas nos processos de lavra;
- Na remoção de mata ciliar e erosão, favorecerão aporte de sedimentos ao curso d'água;
- Geração de esgoto sanitário proveniente das atividades humanas;
- Diminuição da infiltração de água no solo devido a compactação do solo por uso de máquinas pesadas e das infraestruturas do empreendimento.
- E na questão de tratabilidade da água, citamos o aumento da concentração de partículas em

suspensão, e, em consequências, o aumento de turbidez no manancial, em razão de fenômenos erosivos, durante o processo de extração de areia.

Em suma, trata-se de um manancial de abastecimento público de água potável e embora a mineração seja uma atividade importante economicamente, é difícil extrair areia e não provocar impacto.

No caso da SANASA, muito embora o empreendimento esteja a uma distância considerável de nossa captação, com vazões baixas do manancial, reflexos serão sentidos no processo de tratamento de água.

A princípio, não recomendamos empreendimento de extração de areia em margens de rios e represas onde há captação de água para abastecimento público, contudo, poderemos dar uma opinião mais assertiva quando conhecermos em detalhes as documentações solicitadas pelo GT-Empreendimentos do Comitê PCJ, sem as quais não é possível opinar favoravelmente ao empreendimento, ficando assim, a não recomendação do uso.



Documento assinado eletronicamente por **VLADIMIR JOSÉ PASTORE**, Gerente de **Produção e Operação de Água**, em 17/05/2022, às 14:02, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **5688258** e o código CRC **0D430252**.